

ETNOTERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DE MACUCO NO  
MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS E CHAPADA DO NORTE/VALE DO  
JEQUITINHONHA-MINAS GERAIS, BRASIL: mapeamentos e análises

*L'ETHNIQUE – TERRITORIALITE DES COMMUNAUTES  
QUILOMBOLAS A MINAS NOVAS ET A CHAPADA DO NORTE LE  
VALLEE DE JEQUITINHONHA A MINAS GERAIS (MG), BRÉSIL:  
cartographies et des l'analyses*

*ETNO TERRITORIALIDAD “QUILOMBOLA” DE MACUCO DEL  
MUNICIPIO DE LAS MINAS NOVAS Y CHAPADA NORTE/ VALLE DEL  
JEQUITINHONHA – MG, BRASIL: mapeo y análisis*

Gerson Diniz Lima

Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
Belo Horizonte – MG, CEP 31270-901  
gersondinizdemolay@yahoo.com.br;

Lussandra M. Gianasi

Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
Belo Horizonte – MG, CEP 31270-901  
lussandrains@gmail.com

**Resumo**

O objetivo dessa pesquisa/extensão foi recuperar através da oralidade e dos percursos etnográficos a etnoterritorialidade dos locais de plantio das famílias, das casas, caminhos e estradas a identidade territorial da comunidade QUILOMBOLA DE MACUCO. Principalmente identificar, mapear e analisar aspectos do território atual de moradia da comunidade remanescente de quilombolas pelo percurso etnográfico, recuperando o limite do território reconhecido por eles. Como resultados foram produzidos mapas e representadas as moradias, os cultivos de verduras em canteiros e latas (contínuo), os cultivos ao redor das casas (sazonal), o cultivo em terreno solteiro (sazonal) e Pasto/Manga, definindo-se o ordenamento territorial, social, cultural dos lugares de plantio das famílias. Foram criados dois (3) mapas principais e discutidos por meio desse levantamento etnogeográfico a organização territorial e fisiográfica de Macuco. Os resultados científicos e de ação têm objetivo de contribuir para elaboração de futuros projetos de ação social e econômica para o território analisado, seja em parceria com a Prefeitura, com as ONGs e/ou com segmentos de ordem técnica do governo como a EMATER, EMBRAPA, etc.

Palavras-chave: etnoterritorialidade; vale do Jequitinhonha; comunidades quilombolas; mapeamento etnográfico.

## Resumé

L'objectif de cette recherche était de définir à travers d'un parcours ethnographiques de territoires l'identité territoriale de la communauté quilombola de Macuco. L'étendu du territoire des communautés de quilombolas était défini en travers de l'analyse du territoire actuel et des récit avec la population y vivant. Comme résultats, ont été produites des cartes et représentant l'habitat et les cultures des légumes et de fruits spatialisé dans le temps. Cette information a permis de visualiser la planification territoriale, sociale, culturelle des lieux de plantation de la communauté. Les résultats de l'enquête ethnographique, l'organisation territoriale de Macuco est discutée en travers de trois cartes thématiques. Le projet vise à contribuer à l'élaboration de futurs actions sociales et économiques pour le territoire analysé, en partenariat avec la Mairie, les ONGs et/ou avec des service techniques des institutions comme l' EMATER, l'EMBRAPA.

Mots-clés: l'ethnique – territorialite ; vallee de jequitinhonha , communauté quilombola, de cartographie.

## Resumen

El objetivo de esta investigación/extensión era recuperar mediante la oralidad y etnografía la etnoterritorialidad de los lugares de siembra de las familias, de los palcos, caminos y rutas de identidad territorial de la Comunidad QUILOMBOLA DEL MACUCO. Sobre todo identificar, ubicar y analizar aspectos del territorio actual restante de la comunidad quilombola a través de la etnografía, recuperando el límite del territorio reconocido por ellos. Fueron producidos mapas y representadas las casas, el cultivo de hortalizas en semilleros y las latas de aluminio (continuo), los cultivos alrededor de las casas (en temporada), el cultivo en el campo (en temporada) pastos y “manga”. Así definir la planificación territorial, social, cultural de lugares de interés de plantación de las familias. Se crearon tres (3) mapas principales y se examinó por medio de la análisis etnográfica la organización territorial del Macuco. Los resultados científicos tienen por objeto contribuir para la preparación de los futuros proyectos de acción social y económica para el territorio analizado, en asociación con la prefectura, las organizaciones no y/o con sectores técnicos del gobierno y el EMATER, EMBRAPA, etc.

Palabras-chave: etno territorialidad; valle del Jequitinhonha; quilombolas; mapeo.

## Introdução

O presente trabalho de pesquisa é parte de um mestrado em Geografia desenvolvido na UFMG no Instituto de Geociências. Foi realizado por Gerson Diniz Lima, um dos autores, cujo objetivo foi o de estudar, com abordagem predominantemente qualitativa, desenvolvida a partir da análise da agricultura familiar e camponesa do território quilombola de Macuco, as relações familiares de produção.

Identificar e mapear o território atual de moradia da comunidade remanescente quilombola, catalogar o número de casas, seus lugares de convivência, bem como as hortas de fundo de quintais onde produzem pequenas quantidades de milho, feijão, legumes, verduras e animais de pequeno porte para alimentação são objetos desse artigo. Mostra-se também através de mapeamento cartográfico, como a configuração do espaço de produção alimentar de quintais, imbrica-se com as relações tradicionais camponesas. Os quilombolas aos que se refere nesta pesquisa também podem ser considerados agricultores familiares com traços culturais de campesinato decorrentes da identidade quilombola.

Partindo desses objetivos foi possível identificar e mapear o território atual de moradia da comunidade remanescente de quilombolas pelo percurso etnográfico, recuperando o limite do território reconhecido por eles, suas áreas de produção, alvos principais das análises.

As comunidades quilombolas estão geralmente localizadas no espaço rural brasileiro, mas também foram incorporadas pelo espaço urbano e peri-urbano. Essas Comunidades Rurais e Urbanas de Remanescentes Quilombolas são objetos de estudo dos pesquisadores do Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar do IGC/UFG.<sup>1</sup>

## Metodologia

O recorte espacial de estudo compreende quatro comunidades rurais quilombolas em dois municípios: Minas Novas (Mata Dois, Macuco, Pinheiros) Chapada do Norte (Gravatá), vide figura 1. Essas comunidades formam um recorte territorial localizado no Alto Jequitinhonha, considerado nesta pesquisa como o território de análise.

---

<sup>1</sup> Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar do Departamento de Geografia-IGC/UFG e Núcleo TERRA & SOCIEDADE - Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa (CNPq-BR).

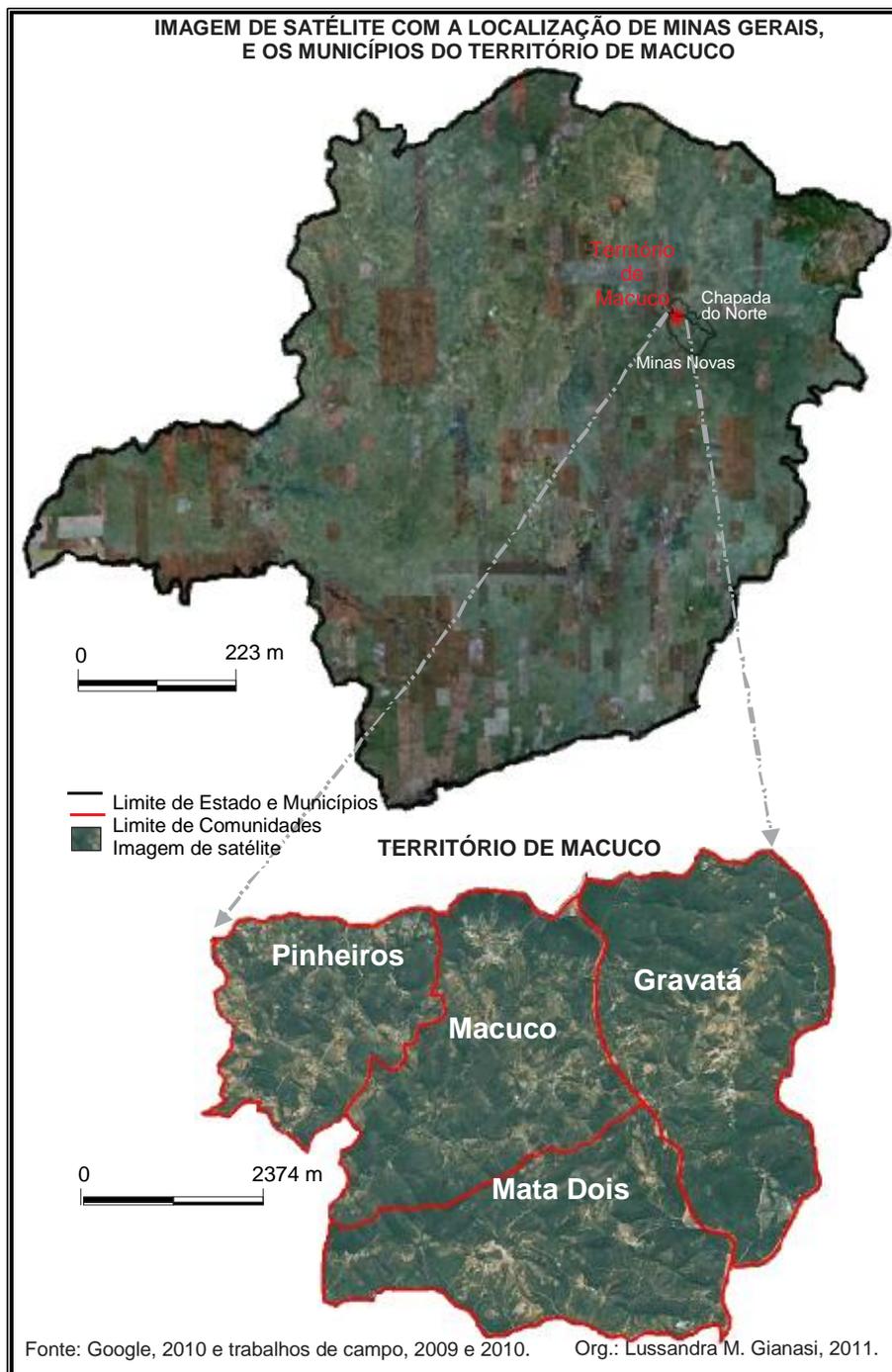


Figura: 1 - Território Quilombola de Macuco, Vale Do Jequitinhonha - Minas Gerais

Realizaram-se entrevistas e aplicação de questionários com os moradores que ali residem com a finalidade de compreender como se constroem, na referida região, as relações familiares de produção, os plantios, a configuração espacial do território, a organização espacial das casas e dos equipamentos sociais e as feiras. Foram

amostradas todas as propriedades/moradias das comunidades rurais de Pinheiro e Macuco, obtendo-se informações do total de famílias - 42 famílias e 33 famílias respectivamente. Nas comunidades de Mata Dois e Gravatá a amostragem total atingiu um percentual de 56%; 19 propriedades habitadas de Mata Dois, de um total de 33, e 72% ou 16 propriedades de Gravatá, de um total de 22 habitadas.

Buscou-se observar, nessas entrevistas, o entendimento dos agricultores atuais sobre os remanescentes do território de Macuco. Essa compreensão por parte dos pesquisadores foi realizado pelo percurso etnográfico. Nesse foram apresentados pelos moradores mais antigos os locais das divisas do território e foram sendo amostrados os espaços de morada e de produção que resultou em mapas. A relação entre pesquisadores na obtenção das informações usando trajetos pela comunidade faz do ator, sujeito da pesquisa, um construtor dela e para os demais membros da comunidade, torna confiável a presença dos pesquisadores na comunidade.

Os dados levantados abrangeram aspectos referentes aos seguintes itens: as práticas agrícolas, o levantamento geográfico das propriedades e o mapeamento do território de Macuco com a localização das casas, infraestrutura, usos da terra e tipos de produto.

A metodologia que norteia este trabalho é qualitativa, privilegiando percurso etnográfico, a oralidade e aplicação de questionários. Para sua concretização foram feitos cinco trabalhos de campo nos anos de 2009 e 2010 nas comunidades estudadas. A cartografia forneceu a instrumentalização para o mapeamento posterior das informações coletadas via GPS (Sistema de Posicionamento Global). O procedimento utilizado foi o de demarcar com GPS todo o entorno da comunidade com os moradores mais antigos, as hortas, divisas, caminhos, pontos de importância para a comunidade. Após estes procedimentos foi feita a exportação destes dados para o software *Trackmaker GTM PRO 4.4*, um programa de que permite a visualização espacial de todos os elementos georreferenciados em campo e exportação para o Arc Gis. Para se construir os mapas temáticos finais, usou-se o Arc Gis 9.3. De posse desses dados foram feitas as correções necessárias nesse software, a nomeação lugares e signos, identificação dos córregos, rios, barraginhas, poços e nascentes para a produção de mapas temáticos com as informações sobre a etnoterritorialidade. Para distinguir as unidades de morada/produção bem como o morador entrevistado adotou-se o uso de letras e

números compostos assim: letra **P** - indica pertencer à Comunidade Rural de Pinheiros; **M** - Comunidade de Macuco; **Mt2** - Comunidade Mata dois; **G** - Comunidade Gravatá. Em seguida são utilizados números de identificação da propriedade, até a totalidade das entrevistas feitas para cada comunidade.

As etapas metodológicas contemplaram também uma revisão bibliográfica sobre o tema etnoterritorialidade, territorialidade, etnografia e comunidades quilombolas e mapeamentos.

## Referencial Teórico

Mapeamentos convencionais são produzidos ao longo da história de várias maneiras e por diversos métodos. Hoje existem diferentes aparatos que tornam fácil a vida de um cartógrafo ou geógrafo na compreensão do território e na sua delimitação. Seria muito mais fácil fazer o mapeamento de certas áreas via análise de imagens de satélite ou divisões pré-estabelecidas nas cartas topográficas. No entanto, Vieco<sup>2</sup> et. al. (2000) citado por Ataíde (2005, p. 2),

declaram que a cartografia convencional é insuficiente para representar uma territorialidade baseada em modelos multidimensionais de mundo, construído por sociedades de acordo com suas estratégias de manejo do meio e de seu universo simbólico, com uma série de relações sociais em constante dinamismo.

No entanto, esse trabalho privilegiou uma outra forma de se mapear – usando os atores sociais envolvidos no processo para a delimitação de seu habitat, de sua comunidade/território – mapeamento participativo etnogeográfico. Na literatura há pesquisas participativas sobre mapeamentos que estão se consolidando e sendo aplicadas em áreas indígenas principalmente (TNC, 2006; AQUINO, 2005, ATAÍDE, 2005, PASCHOAL, 2006) alguns com foco de delimitação e reconhecimento do território e outras com ênfase na gestão a partir do reconhecimento do espaço mapeado pelos sujeitos do território.

---

<sup>2</sup> VIECO, J. J.; FRANKY, C. E.; ECHEVERRI, J. A. Territorialidad Indígena y Ordenamiento en la Amazonia. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, UNIBIBLOS, 2000. 250 p.

No caso dessa pesquisa os agentes são de comunidade quilombola rural. O território usado pelos antepassados e pelos atuais moradores tem significados muito importantes na construção do seu cotidiano e de suas vidas. A terra não é vista como uma propriedade particular, mas como um bem de uso comum, já que “a identidade cultural é construída com a apropriação comunal do espaço” (GUANAES; et. al, 2000).

Esses povos são entendidos aqui como sendo “os não necessariamente formados, por escravos fugidos” (GIANASI, et. al, 2009). Segundo a definição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), considera-se remanescente de quilombo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ABA, 1994). Para Anjos (1999) os quilombos são “sítios geográficos onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres”.

grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto-definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA, 2000).

Trata-se, portanto, de discutir aqui a conformação dessa relação com a terra, suas tradições culturais por meio da etnoterritorialidade, identidades territoriais dos quilombolas que é estabelecida pela relação deles com o seu meio. As múltiplas formas de apropriação e uso da natureza, designando territorialidades específicas, convergem para o processo de construção do território étnico das comunidades remanescentes de quilombo (ALMEIDA, 2002).

O território étnico, enquanto conceito seria uma abordagem híbrida entre a concepção de território geográfico e antropológico. Seria uma representação coletiva do ser, viver e sentir-se situada num recorte espacial construído historicamente e atualizado em práticas percebidas cotidianamente (CUNHA, 2009).

Ao se considerar a questão da identidade étnica, estamos nos referindo a um processo de autoidentificação bastante dinâmico, que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. A identidade étnica de um grupo é a base de sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria

identidade é resultado de uma confluência de fatores escolhidos por eles mesmos - desde uma ancestralidade comum ou formas de organização política e social, até elementos lingüísticos e religiosos. Little (2002, p.3) define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Contudo, para entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza-se o conceito de *cosmografia*, que pode ser definido como

(...) os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p.4).

Dessa forma, o elemento fundamental na construção dos territórios sociais seriam os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos. Espaço - abstrato e genérico - e um *lugar* - concreto e abstrato. A identificação de lugares sagrados, por um grupo determinado, representaria uma das formas mais importantes de territorialização. O território de Macuco, lugar físico e sentimental dos agricultores no espaço geográfico, é constituído pela junção de unidades territoriais menores, com identidades próprias, associadas à noção de comunidades rurais. O território analisado é constituído pela junção de quatro comunidades rurais – Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Gravatá. Essa união que forma este território não se deve apenas a proximidade física de uma comunidade rural em relação à outra, mas também ao sentimento de pertencimento coletivo, aos laços de parentesco e amizade entre as famílias dessas unidades territoriais afins. Além disso, elementos culturais, étnicos e históricos em comum – a religiosidade, a ancestralidade negra, o passado associado à escravidão negra e o fato de terem buscado o auto-reconhecimento enquanto remanescentes quilombolas – contribuíram muito para a formação e delimitação física e sentimental do território quilombola de Macuco.

Com dimensões variadas, as comunidades rurais quilombolas que formam o território quilombola de Macuco possuem uma organização interna pautada na propriedade individual - de uso exclusivo da família - e coletiva, como: as roças comunitárias, onde um determinado número de agricultores tem acesso, se não, todos os membros da comunidade; as nascentes de água com maior volume; o poço artesiano comunitário; o Centro de Referência da Cultura Negra, entre outros. A respeito do uso da terra Galizoni et. al., (2002, p. 12), coloca:

O sentido de pertencimento ao território vem da ascendência, do convívio e da parentela, que se unificam sobre uma terra que todos, em maior e menor grau, conservam certos direitos comuns. Assim a terra da comunidade efetiva e permite o exercício dos direitos derivados da ancestralidade: poder coletar lenha e frutos com liberalidade, ter acesso exclusivo ou cessão parcial privilegiada de um determinado barreiro ou nascente, dispor de madeiras - paus-de-cerne - que podem ser cedidas ou recebidas nas áreas mais privativas daquela comunidade.

Trata-se do território construído pelo reconhecimento de uma identidade. Território, que conforme Frémont, não é apenas o geográfico, mas o formado a partir de aspectos culturais, históricos e familiares, que contribuem para a formação de uma identidade, um patrimônio simbólico. Para as comunidades remanescentes, a terra passa a ser um espaço social próprio, específico e coletivo, um espaço de identidade. A terra torna-se o espaço vivido, que

(...) em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos (FRÉMONT, 1980, p.17).

Almeida, (2008, p.58) enfatiza que “[...] o território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural.”

Ressalta-se que é de fundamental importância acompanhar as modificações no território e no seu espaço vivido e simbólico, pois pode-se levar à destituição de um patrimônio simbólico de comunidades tradicionais como já apontado por Gianasi, et. al., (2009, p.15):

a falta de terras para cultivo devido à expropriação, a cisão espacial interna à comunidade, (...) a aglomeração das casas, devido à falta de espaço para novas construções, o rompimento com as parcerias que apesar de injusto, manteve por muito tempo viva a tradição do cultivo de feijão e de milho, o que não se observa como prática atual dos jovens da comunidade, que por não presenciarem a participação dos pais em lavouras de cultivo agrícola, acabam trabalhando em outras atividades normalmente ligadas ao urbano, levando-os para longe dali.

Da mesma forma, a casa, o local de moradia para os grupos quilombolas possui toda uma carga simbólica de acordo com o meio e as condições que ela foi adquirida e ela revela-se única pelas suas mais simples significações.

Portanto, usou-se assim a entogeografia para se chegar ao resultado esperado da configuração espacial da comunidade, mostrando o sentimento de pertencimento, suas áreas de plantio, pontos de referência de importância e aspectos fisiográficos. Ou seja, a descrição da cultura material de um determinado povo via seu reconhecimento territorial. Nessa pesquisa

a Etnografia é escrita do visível e a etnogeografia a espacialização do visível do homem que ocupa, usa e faz do território sua morada e espaço de vivência, alegrias, tristezas, trabalho e cultura. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo (MATTOS, 2001, p.4).

Portanto, mapear via percurso etnográfico, envolvendo os saberes, memórias e vivências dos mais antigos na comunidade foi de fundamental importância para que fossem produzidos mapas que apresentassem o conhecimento do território dos moradores. A partir desse mapeamento pôde-se fazer análises importantes do território de pesquisa.

## **Discussão dos resultados**

A discussão dos resultados se dará concomitante com a análise dos mapas produzidos e de dados obtidos pelos questionários. Inicia-se, portanto, pela descrição dos aspectos fisiográficos do território apresentado pela figura 2.

As comunidades rurais quilombolas de Macucos se localizam no quadrante zona UTM 23 k (752933,45 m leste - 76087,87 m leste) - (8104683,10 m sul - 8098212,88 m sul) na porção norte do município de Minas Novas, a uma distância média de 12 km da sede municipal.

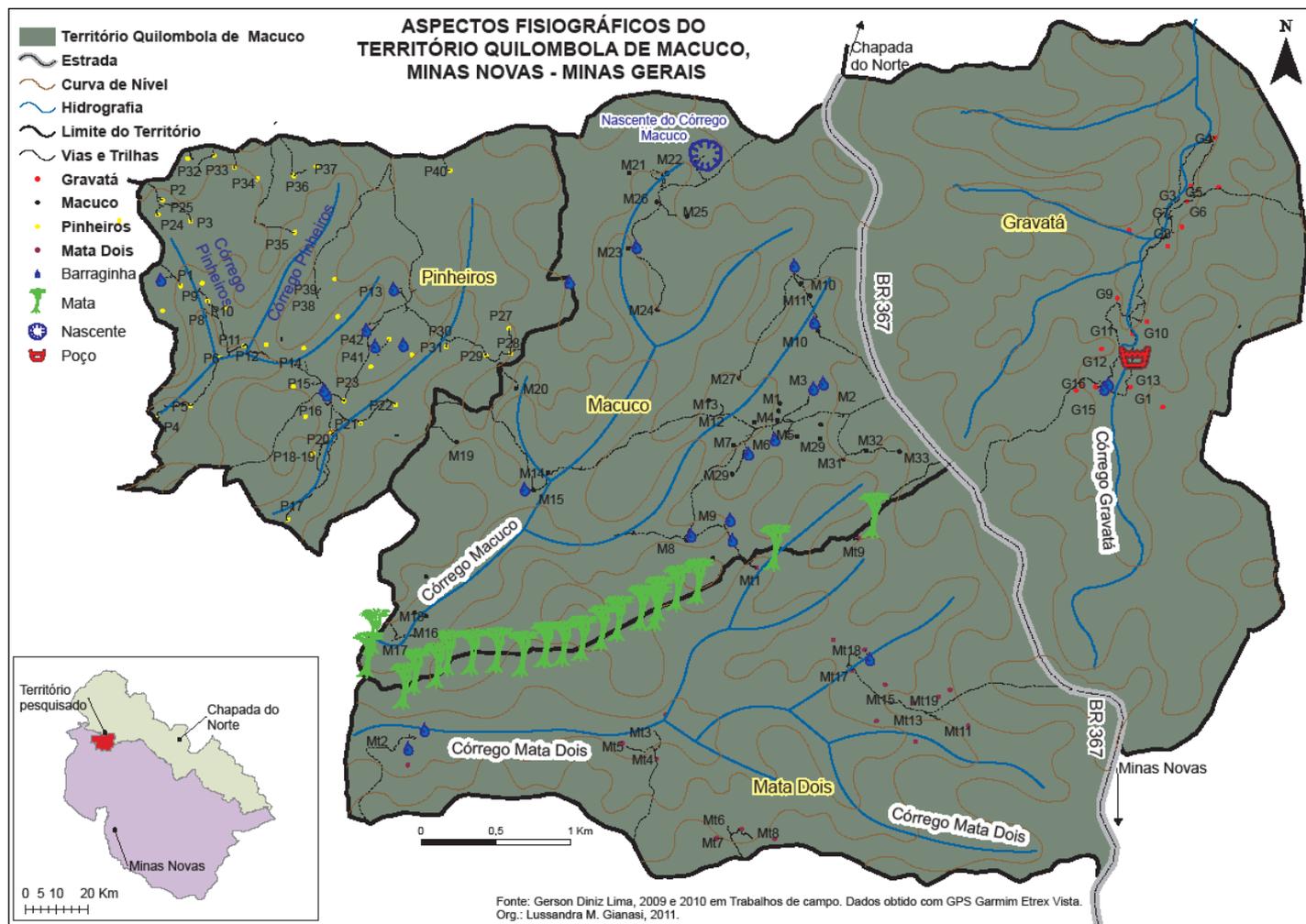


Figura: 2 – Aspectos Fisiográficos do Território Quilombola de Macuco, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil.

Do ponto de vista hidrográfico, o Município está inserido dentro de quatro sub-bacias do rio Jequitinhonha: rio Araçuai, Fanado, Capivari e Setúbal. As bacias para onde se drenam os rios do território de estudo são as do rio Fanado – (Pinheiro, Macuco e Mata Dois) e o rio Capivari, que recebe a drenagem da comunidade de Gravatá. Em

relação ao município, a altitude varia entre 350m a 920 m, chegando ao ponto culminante de 1.210 m de altitude na divisa com o município de Setubinha ao sul.

Na paisagem geomorfológica, as chapadas constituem a forma de relevo predominante no Alto Jequitinhonha e são entrecortadas por depressões profundas nos vales, que localmente são denominadas “grotas”. Ali se encontram atividades agrícolas de pequeno porte, devido à disponibilidade de recursos hídricos e à qualidade da terra. São áreas onde predominam agricultores familiares e quilombolas que praticam uma agricultura policultora de pequeno porte, os quais detêm um papel importante no ordenamento do território rural, na organização sociocultural, reunidos em comunidades rurais.

A comunidade de Gravatá está situada ao longo do Córrego Gravatá em uma faixa de divisa entre os municípios de Minas Novas e Chapada do Norte. A entrada principal desta comunidade, bem como parte de seu terreno ainda estão dentro dos limites de Minas Novas, porém o Córrego Gravatá e muitas propriedades rurais quilombolas já se encontram no município de Chapada do Norte como pode ser visto na figura 2.

Contudo, devido à proximidade com a sede municipal, e por se considerarem cidadãos minasnovenses, mantêm relações sociais e econômicas predominantemente com o município de Minas Novas e estão na área de transição para o semi-árido. Além disso, essa comunidade rural faz parte da Associação dos Moradores e Produtores Rurais das Comunidades de Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Gravatá que está registrada no município de Minas Novas, incluindo também os serviços prestados por esta Prefeitura. Contudo, devido à proximidade com a sede municipal, e por se considerarem cidadãos minasnovenses, mantêm relações sociais e econômicas predominantemente com município de Minas Novas. Isso gera um problema de gestão, visto que há um maior fluxo de pessoas e demandas diversas em órgãos públicos nos quais os cidadãos têm maior ligação. Geograficamente pertencem a uma esfera do governo, política, economicamente e socialmente exercem atividades em outro. Os limites adotados pelos governos, local e municipal, nem sempre são os de pertencimento do cidadão, gerando problemas de administração pública.

Quanto ao acesso, as quatro comunidades do território de Macuco possuem vias que ligam as estradas de rodagem, no caso a BR-367, antiga MG-114, que faz ligação

entre a cidade de Minas Novas e Chapada do Norte, contudo todas estas vias são de terra, possuindo trechos em péssimo estado de conservação.

Dentre as comunidades, Mata Dois é a que possui melhor infra-estrutura de vias, bem conservadas e com maior número de propriedades rurais atendidas por essas em relação ao total de propriedades pesquisadas. Isto significa que 89,5% das casas possuem estradas de acesso e 10,5% possuem unicamente trilhas como forma de acesso.

Na Comunidade de Pinheiro as vias contornam boa parte de seu terreno, contudo, alguns trechos aparecem bastante danificados por erosão pluvial. Além disso, em alguns trechos de aclave, mesmo no período de seca, se tornam de difícil tráfego para veículos de passeio comum. Também existe um déficit considerável de propriedades que possuem acesso através de vias, apenas em 57% das moradias possuem acesso direto a elas. Em cerca de 43% das moradias agrícolas o acesso ocorre apenas através de trilhas.

Em Macuco a situação das estradas é bastante semelhante à encontrada em Pinheiro, entretanto, um maior percentual de casas é atendido por elas, sendo que 84,8% delas, de um total de 33, se têm acesso por vias, e apenas 15,2% o acesso ocorre apenas através de trilhas.

A Comunidade de Gravatá apresenta os maiores problemas de acessibilidade no território de Macuco. De um total de 16 propriedades visitadas, aproximadamente 69% das moradias o acesso ocorre unicamente através de trilhas. Apenas 31% das moradias das propriedades visitadas possuem acesso através de vias, contudo as mesmas se encontram em péssimo estado de conservação, sendo impossível de trafegar em determinados trechos com veículos de tração comum.

Uma das principais questões para os agricultores do território Quilombola de Macuco relaciona-se ao fornecimento de água (Figura 2). O córrego Mata Dois, embora apresente características semelhantes aos córregos Pinheiro e Macuco, é formado a partir de uma nascente principal. Todos os três deságuam diretamente no Rio Fanado. Já o córrego Gravatá apresenta calha fluvial com menor variação altimétrica, gerando uma menor velocidade de escoamento, principalmente no período de chuva. Essa velocidade implica em um menor poder erosivo, o que ajuda explicar uma planície de inundação maior ao longo de seu percurso, comparando-se com os demais córregos aqui tratados. Essas características contribuem para a ocorrência de uma maior concentração de

propriedades rurais nas suas proximidades. A menor declividade também favorece uma maior recarga do lençol freático, o que pôde ser comprovado em pesquisas de campo nos meses de agosto e setembro, quando foi possível averiguar que dentre os demais córregos, era o que ainda apresentava a maior quantidade de água, acumulada em pequenos poços ao longo de toda a sua extensão.

Os córregos Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Gravatá são *intermitentes*, servindo como suprimento de água para o consumo familiar, lavoura e dessedentação de animais em curtos períodos ao longo do ano. As barraginhas observadas no mapa (figura 2 e na figura 3) são muito utilizadas para a agricultura e para a dessedentação de animais e geralmente são de contenção. Além disso, as chuvas concentradas e irregulares contribuem fortemente para que surjam problemas relacionados à falta ou escassez de água em determinados períodos do ano, principalmente entre os meses de agosto e outubro. Uma das primeiras soluções adotadas para tentar solucionar ou mitigar esse problema foi a abertura de poços artesianos comunitários em cada uma das comunidades associadas (Não há no mapa todos os poços, pois não foi possível visitá-los). Conforme explica o Presidente da Associação, parte dos recursos para esse projeto foi obtida através da EMATER<sup>3</sup>, em parceria com a ANA<sup>4</sup>, dentro do Programa de Combate à Seca no Semi árido. Outra parte dos recursos foi arrecadada entre os moradores que se dispuseram a participar do projeto.



Figura: 3 - Barraginha de armazenamento

Além do poço artesiano, instalou-se uma caixa d'água no ponto mais alto de cada comunidade, a qual é abastecida com a água de cada poço, com o auxílio de uma

<sup>3</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

<sup>4</sup> Agência Nacional de Águas.

bomba. Duas a três vezes por semana a água é ligada e abastece as caixas individuais na casa de cada agricultor participante. Cada família paga uma taxa média de R\$15,00 reais mensais pelo uso da água, taxa que tem como intuito cobrir os gastos com energia elétrica e a manutenção do sistema. Entretanto, nem todas as famílias são atendidas, mesmo aquelas que já demonstraram interesse em participar, devido a problemas de ordem técnica e física, principalmente nas propriedades mais distantes da caixa d'água central.

Os moradores entrevistados afirmaram que o poço artesiano atende bem às suas necessidades e que a maioria dos problemas de falta de abastecimento está ligada diretamente a problemas mecânicos. Normalmente, se a seca não for muito prolongada - como o foi em 2008, quando a Comunidade de Pinheiro teve que fazer um racionamento - a água do poço é suficiente. Atualmente, nessa comunidade, tem-se feito um estudo para planejar a perfuração de um segundo poço, de forma que todas as propriedades que fizeram seu pedido sejam abastecidas.

Nas comunidades de Macuco e Mata Dois não foram relatados problemas de falta de abastecimento. A comunidade de Gravatá, dentre as quatro que constituem o território quilombola de Macuco, é a que possui maior disponibilidade de água em seu poço artesiano e no córrego, devido principalmente à menor declividade do terreno, o que por sua vez permite uma menor velocidade das enxurradas e uma maior infiltração. Conforme afirmou a líder comunitária de Gravatá, a COPANORTE<sup>5</sup> tem feito um estudo para assumir a distribuição de água na comunidade, o que poderia gerar melhorias no serviço e da qualidade da água, uma vez que não há um tratamento específico por parte dos usuários.

Em algumas propriedades que não são atendidas pelo poço artesiano comunitário, os moradores buscam formas alternativas de suprir a necessidade de água. Em Pinheiro, por exemplo, um dos entrevistados, junto com irmãos e filhos, construiu um poço artesiano particular, próximo a uma barraginha que abastece, além da sua, mais cinco casas.

Na tabela 1 é possível verificar o percentual de moradores atendidos pelos poços comunitários e particulares em cada comunidade.

Tabela: 1: Propriedades atendidas por barraginhas de armazenamento e contenção.

Comuni- dades	Percentual de propriedades que possuem ou fazem uso de algum tipo de barraginha			Tipo de Barraginhas de armazenamento	
	<i>Armazenamento</i>	<i>Contenção</i>	<i>Os dois</i>	<i>Individual</i>	<i>Coletivo</i>
Pinheiro	22 (52%)	7 (17%)	4 (9,5%)	14 (64%)	8 (36%)
Macuco	24 (73%)	14 (42%)	13 (31%)	13 (54%)	11 (46%)
Mata Dois	5 (26%)	7 (37%)	4 (21%)	5 (100%)	-
Gravatá	8 (50%)	5 (31%)	3 (19%)	3 (37%)	5 (63%)

FONTE: Diniz, L. G. Pesquisa de campo 2º semestre de 2009.

O mapa a seguir (figura 4) apresenta a infraestrutura e usos da terra no território Quilombola Macuco. Foram amostrados a maior parte da infraestrutura existente e usos que se pode verificar em campo. No entanto, alguns aspectos não puderam ser amostrados, mas pôde-se analisar o território de maneira consistente a partir também das entrevistas feitas.

<sup>5</sup> A COPANORTE é subsidiária da COPASA – Companhia Pública de Água e Saneamento de Minas Gerais.

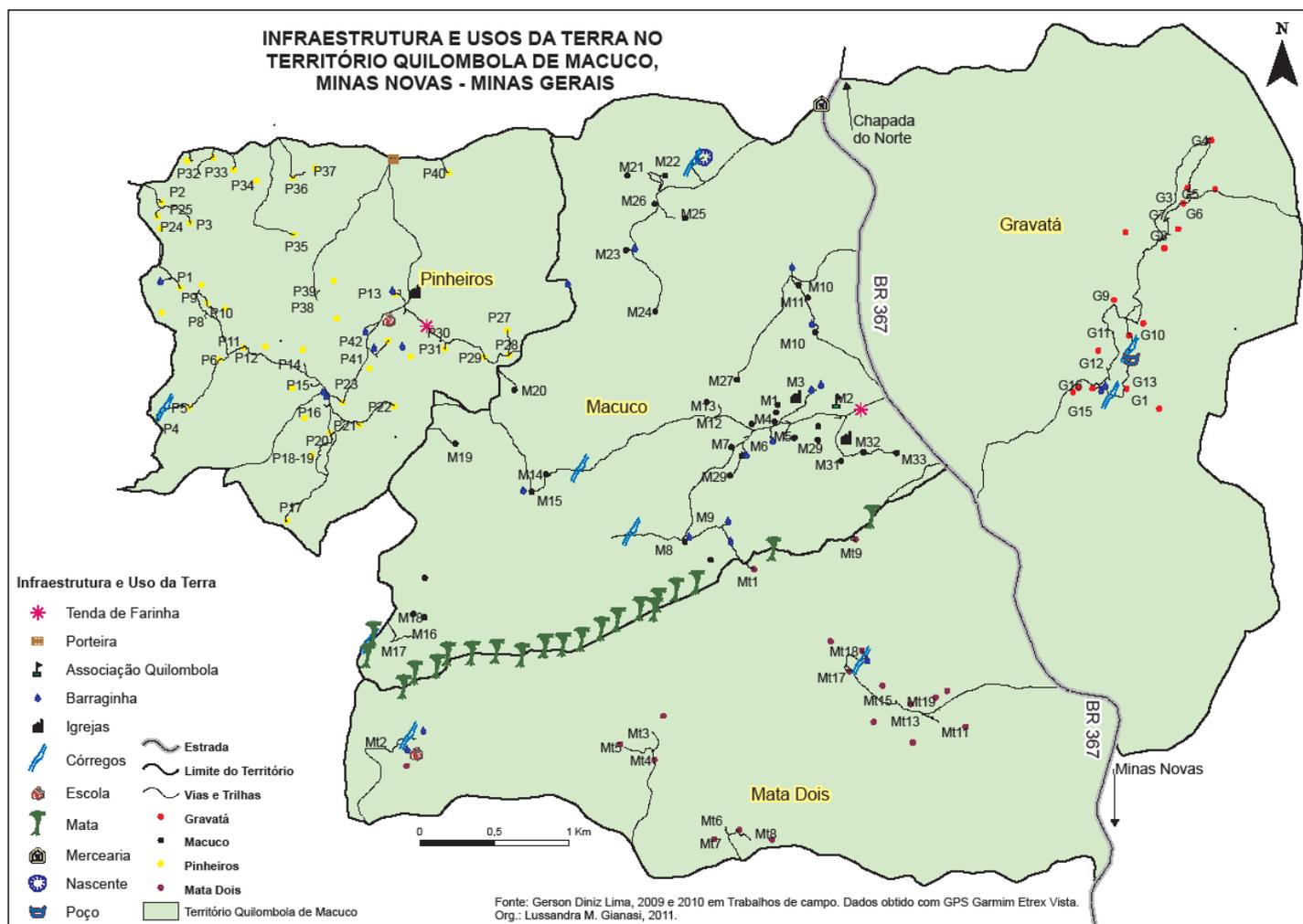


Figura: 4 – Infraestrutura e Usos da Terra no Território Quilombola Macuco, Vale Do Jequitinhonha - Minas Gerais, Brasil.

A organização espacial do território foi abordada através da análise do espaço de moradia das famílias, localização espacial das propriedades (Figura 04). Nas quatro comunidades estudadas, assim como nas demais comunidades rurais do município, a disposição das casas ocorre de forma semelhante, sem haver um ordenamento padrão ou definido. Anjos (1999) diz o seguinte:

A organização territorial dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil apresenta algumas características geográficas comuns. Uma delas é a forma de distribuição das construções, que ocorre de maneira esparsa no território, sem um arruamento geométrico definido, como tradicionalmente se verifica nas outras localidades do país. (ANJOS, 1999, p.35)

Através das pesquisas de campo, verificou-se que em cada comunidade a maior ou menor concentração de casas está diretamente relacionada ao processo de repartição das terras entre as famílias. Encontramos desde pequenos núcleos familiares, com concentração de 4 a 6 casas ocupadas por pais e filhos - com origem no mesmo grupo familiar e, separadas entre si por distâncias que variam entre 15 e 200 metros aproximadamente – como também, encontramos propriedades - com casas isoladas, ou com grupos familiares separados dos demais, por distâncias que podem chegar a quase de 3 quilômetros.

Em Pinheiros não existe Igreja Católica, e os agricultores entrevistados disseram freqüentar a igreja das comunidades vizinhas de Barra do Fanado e Morro Branco. Na comunidade de Macuco está sendo construída a Igreja Católica ao lado da Sede da Associação, contudo as dificuldades de se conseguir recursos impõem um ritmo lento as obras. Em 2006 foram feitas as bases para a sua construção, atualmente as paredes já foram erguidas e em breve será colocado o telhado, conforme relatado pelos moradores. Geralmente próximo a sede da Associação Quilombola são realizados cultos pelos próprios moradores e a cada dois ou três meses a comunidade recebe a visita de um padre que realiza uma missa aberta. Em Mata Dois e Gravatá, os moradores freqüentam a igreja na comunidade vizinhas de Bandeirinha e Gravatá de Baixo. Em ambas as comunidades, alguns entrevistados disseram que também freqüentam as missas realizadas em Minas Novas, principalmente em dia de festa, contudo a dificuldade de locomoção os impedem de freqüentar assiduamente.

Também no mapa (Figura 04) observa-se a localização e distribuição espacial das propriedades rurais. É possível verificar uma dinâmica irregular de ocupação do espaço. Ainda com relação à localização das propriedades agrícolas quilombolas pode-se dizer que grande parte delas está situada na média e baixa vertentes, contudo, encontramos propriedades nas áreas mais altas das comunidades e casas construídas em cortes realizados nos barrancos, o que pode causar riscos de segurança e danos ambientais.

Em suma, na figura 4, pode-se observar que há além do poço artesiano, caixas d'água em boa parte do território. Escola, igrejas e tenda de farinha em duas localidades, mercado somente um para abastecimento das famílias. Na parte sul do

mapa há uma mata mais densa e observa-se, pela organização espacial das casas, que há um maior adensamento em Pinheiros que nas demais.

Na Comunidade de Macuco existem propriedades – entrevistas M-23, M-29 e M-30 adquiridas com a finalidade maior de plantio, sendo que os proprietários moram nas sedes municipais de Minas Novas e Chapada do Norte. Essas propriedades são normalmente ocupadas pelos donos nos finais de semana, quando estes aproveitam para cuidar da propriedade e da roça. Há também aqueles que mesmo não morando, vão todos os dias a sua propriedade, como (M-23), que mora no município de Chapada do Norte, aposentado, e se desloca todos os dias até a sua propriedade em Macuco para cuidar das plantas e tratar dos animais. Além disso, também encontramos proprietários que mencionaram a compra de pequenos lotes dentro das comunidades onde residem, geralmente, sendo destinadas como Manga (é uma denominação local dada à parcela do terreno utilizada para o plantio de pasto e criação de animais).

Outro aspecto importante a ser destacado com relação à propriedade da terra é que há pouca rotatividade das mesmas fora do eixo familiar, ou seja, eventualmente ocorre a compra ou venda, de/ou para terceiros. Tal fato fica bastante evidente visto que os moradores das comunidades do território rural quilombola de Macuco têm uma origem comum com base nos sobrenomes. Para o agricultor familiar a terra possui o valor de uso e não de venda.

A propriedade familiar (...) não é, pois, propriedade capitalista, mas do trabalhador. Os seus resultados são diferentes. (...) O trabalhador, neste caso, não auferir lucro. Seu ganho concerne ao seu trabalho e de seus familiares. É esse trabalho que lhe garante a apropriação da terra, diretamente, sem mediação do mercado. A terra não é propriedade de quem explora o trabalho alheio; é propriedade direta do produtor; é terra de trabalho e não terra de negócio; é propriedade do trabalhador e não propriedade do capitalista. O móvel da sua produção é o valor de uso e não o valor de troca nem tampouco o lucro. Seu ganho resulta do seu próprio trabalho e dos membros da sua família (MARTINS, 1975, p.59).

O mapa do uso da terra no território quilombola de Macuco (figura 5) apresenta a organização espacial dos diversos usos encontrados na pesquisa, viabilizando a discussão desses usos em cada comunidade e no território como um todo.

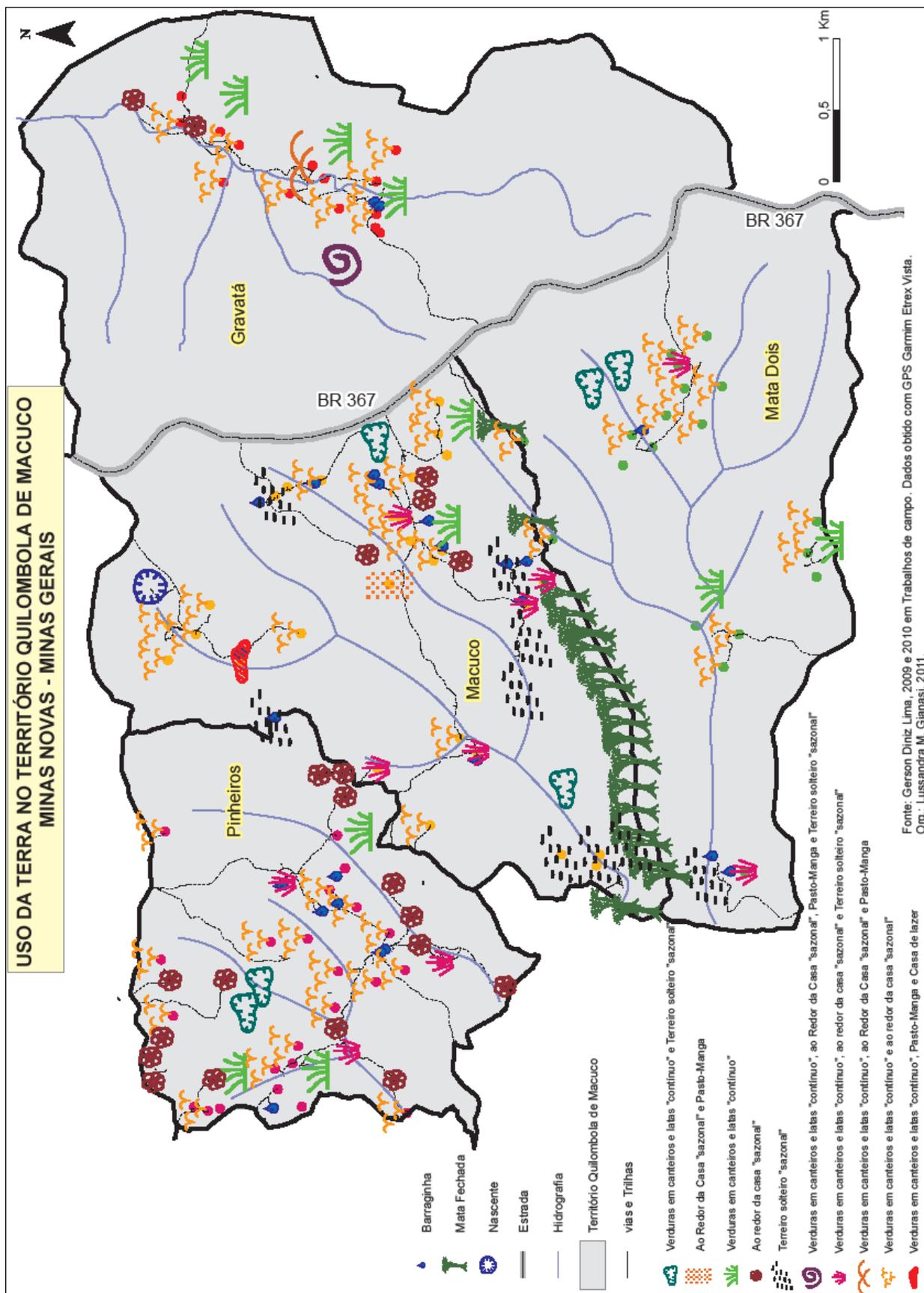


Figura: 5 – Uso da Terra no Território Quilombola de Macuco - Vale Do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil.

Na figura 5 - Uso da Terra no Território Quilombola de Macuco – estão representadas as principais formas de organização da terra nas propriedades rurais, sendo que ambas as categorias citadas a seguir podem ocorrer de forma concomitante em uma mesma propriedade rural, sendo elas:

- **Canteiros e latas** - onde são cultivados verduras, legumes e ervas. Atualmente, com a maior disponibilidade de água devido às caixas coletoras de água pluvial, grande parte das propriedades conta com este tipo de organização sendo as mulheres responsáveis pela sua manutenção. Esse tipo de cultivo ocorre ao longo de todo o ano, mesmo que em pequenas quantidades.

- **Cultivo ao redor da casa** – normalmente o terreno ao redor da casa é destino ao cultivo sazonal de gêneros como o milho e o feijão, além da mandioca e de árvores frutíferas como banana, manga, laranja e mexerica.

- **Cultivo em terreno solteiro** – alguns agricultores possuem pequenas áreas de plantio mais afastadas do espaço de morada, onde são cultivados gêneros como o milho, o feijão e a mandioca, além de árvores frutíferas.

- **Pasto/manga** – alguns agricultores que possuem alguma cabeça de gado e animais de transporte possuem pequenas áreas destinadas a sua criação com ocorrência de pouca pastagem, ou o plantio de capim e cana-de-açúcar para a alimentação.

Nas quatro comunidades rurais os espaços de moradia e de produção foram sendo organizados à margem dos córregos da região, onde se desenvolveram a policultura associada com a criação de animais de pequeno porte intercalada com a criação de pouco gado (figura 5). Embora a maioria das áreas de plantio encontrar-se ao redor das casas, o terreno é bem dividido e o agricultor busca aproveitar todos os espaços disponíveis. No entanto, pode-se perceber uma maior diversidade de usos em Macuco e Pinheiro, o que se justifica também pela quantidade de casas entrevistadas nessas comunidades.

Entre o cultivo de grãos, o *milho* e o *feijão* merecem maior destaque, sendo plantados anualmente, mesmo em pequenas quantidades, pela maioria dos entrevistados. O milho é utilizado para alimentar tanto as criações (galinhas e porcos), quanto às famílias, seja *in natura*, ou na forma de farinha. Dentre os tipos de feijões, estão o

carioquinha, o de corda e o andu, sendo este último muito utilizado na culinária da região, na famosa “farofa de feijão andu” do Vale do Jequitinhonha.

Quanto aos legumes, 69,2% dos entrevistados plantam algum tipo, enquanto que as verduras, apenas 46% dos agricultores plantam alguma qualidade, geralmente espécies mais resistentes às condições climáticas da região. A mandioca é uma variedade de legume que é cultivada por 100% dos entrevistados, mesmo em pequena quantidade, sendo muito utilizada na fabricação de farinha e polvilho. Trata-se de um produto que faz parte do cardápio que compõe diariamente a mesa do agricultor, seja *in natura* ou sob a forma de farinha, biscoitos e outras quitandas. Um alimento que já faz parte da identidade do agricultor do Vale do Jequitinhonha.

Vou falar pro senhor que a mandioca é importante demais pra nós aqui. Mesmo com a seca brava ela resiste. Se não tivesse mandioca, principalmente o povo mais antigo já tinha morrido de fome. Faz tudo com ela, nós faz farinha, polvilho, cozinha e come. Se o feijão ta pouco mistura farinha, come com carne, faz biscoito, bolo. É muito bom. Mandioca é bom que fica guardada na terra, não perde igual a uma batata, um chuchu. [*sic*] (Entrevista MT2-02)

A produção de verduras e legumes é mais restrita em quantidade e variedade, sendo cultivadas espécies mais resistentes e que se adaptam melhor às condições climáticas da região. Normalmente as verduras e alguns legumes como a batata, o chuchu, o jiló, a cenoura e a abóbora são cultivados ao longo de todo o ano, dependendo da disponibilidade de água na propriedade. Muitos entrevistados disseram que foi possível plantar mais verduras principalmente após a construção das caixas coletoras de água de chuva (água do telhado), porque antes a água vinha apenas do poço comunitário e não era possível regá-las. Em muitas propriedades faz-se esse tipo de cultivo, que geralmente ocorre próximo às casas, em pequenos canteiros organizados pelas mulheres e em recipientes como latas, bacias e vasos, como é feito pela (entrevista MT2-04 e M-01).

Antes eu quase não plantava não, só mesmo nas águas, porque a água não dava. Eles ligam a água pra nós umas 3 vezes na semana e, se ficasse molhando, a caixa não dava conta. Aí eles fizeram a caixa de chuva e melhorou muito; também comprei mais três caixa e guardo água só pra horta. Agora nem que seja um pouquinho de cada coisa eu planto. Planto no canteiro, nas lata, onde der... Planto couve, alface, cebolinha, hortelã, planto tomate. Já é algo que deixei de comprá, porque era difícil ficá comprando. O dinheiro não é muito, né? Agora posso comprá outras coisa. Só não planto mais porque não tenho mais água, se tivesse... vixi, plantava muito. Tem gente que tem água e não planta nada. [*sic*] (Entrevista MT2-4)

Praticamente toda a produção de verduras e legumes é direcionada ao consumo familiar, sendo que apenas alguns agricultores, como a P-16, chegam a destinar parte de sua produção para venda na feira. Entre os grãos, dependendo da produção, apenas o feijão andu, costuma ser vendido. A produção de frutas, conforme afirmado pela maior parte dos agricultores entrevistados, destina-se apenas ao consumo das famílias. No entanto, alguns produtores chegam a vendê-las, (banana e laranja). A grande maioria dos entrevistados afirmou cultivar legumes e verduras pelo menos em um período do ano e apenas uma pequena parcela chega a cultivá-los em períodos regulares, mesmo que em pequenas quantidades. Grande parte planta apenas no período de chuvas, em torno de quatro ou cinco meses. O que se pode observar é que a produção de legumes depende mais dos períodos chuvosos, se comparada ao cultivo de verduras. Isso se deve ao maior espaço requerido para esse tipo de plantação e conseqüentemente maior necessidade de água. Do total dos que cultivam verduras e legumes, o percentual de agricultores que produzem esses alimentos em diferentes quantidades e variedades ao longo de todo o ano cai para: Pinheiro – verduras 16 (89%) e legumes 8 (57%); Macuco – verduras 14 (82%) e legumes 4 (24%); Mata Dois – verduras 13 (76%) e legumes 5 (31%); Gravatá – verduras 10 (77%) e legumes 4 (33%).

É importante destacar esses dados porque mostram que há uma queda significativa na variedade, qualidade e quantidade de alimentos no período de estiagem, forçando muitas famílias a gastarem mais com produtos na feira. Sendo assim, melhorar a acessibilidade do território de Macuco e das propriedades quanto ao acesso à água torna-se fundamental para proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus moradores.

A criação de animais também é comum e faz parte das atividades diárias de muitos agricultores entrevistados. Entre os principais gêneros está a criação de galinhas, porcos e gado - vacas, bois, bezerros e novilhas. Os animais de transporte também são muito importantes para o agricultor, principalmente aqueles que levam produtos para serem vendidos na cidade e aqueles que moram mais afastados da via principal, onde passa o transporte regulamentado de passageiros.

### **Considerações finais**

Do ponto de vista da organização territorial, os agricultores familiares/camponeses quilombolas do território de Macuco estão organizados em comunidades rurais com a busca de objetivos comuns identitários dos agentes sociais e de melhoria de qualidade e vida. Esse tipo de ordenamento territorial é uma característica comum do território do Alto Jequitinhonha e, no caso do território de Macuco, essa característica se justapõe ao fato de tal comunidade ter sido reconhecida como remanescente quilombola.

Conforme se constata no depoimento dos moradores mais antigos e das lideranças comunitárias, a ocupação dos córregos que dão nome às comunidades iniciou-se ainda no século XIX, associada a atividades tais como o garimpo de ouro e a agricultura familiar de subsistência. Inclusive, segundo os relatos de vida buscados com os atores sociais mais velhos, mostraram que alguns dos primeiros moradores chegaram a ser escravos ou escravos libertos. A descendência negra e sua manifestação na rotina da comunidade são muito fortes nesse território, sendo marcante a presença de descendentes de *Bantos*<sup>6</sup>.

Os laços de amizade, afinidade e parentesco – direto e indireto – entre as famílias, também comuns em comunidades camponesas, também contribuíram para a delimitação do território de Macuco, constituído pelas comunidades rurais de Pinheiros, Macuco, Mata Dois e Gravatá. Essa conquista, além do maior engajamento político e social de muitos de seus membros, permitiu vãos mais altos com a criação da *Associação dos Moradores e Produtores Rurais das Comunidades Rurais de Pinheiros, Macuco, Mata Dois e Gravatá*, no ano de 1996. Essa foi uma das primeiras associações rurais do município de Minas Novas e serviu de estímulo para o surgimento de muitas outras, devido ao seu alto nível de organização e à união entre as famílias.

Os elementos que compõem a identidade quilombola do território de Macuco, como a etnia, a raça, a religiosidade, a história – ligada à ocupação e à mineração – as festas, o artesanato, entre outros, sempre fizeram parte do dia a dia das famílias, desde os primeiros núcleos familiares pioneiros que ocuparam a região. Contudo, conforme constatado nesta pesquisa, a questão da herança quilombola é recente no vocabulário

---

<sup>6</sup> Segundo o Relatório da Fundação Palmares no reconhecimento da etnia da população quilombola local. Bantos é o conjunto de populações da África sul-equatorial de línguas da mesma família, mas com traços culturais específicos (na África do Sul todos os povos negros são chamados banto, em oposição aos brancos, coloreds e asiáticos).

desses moradores e ainda não totalmente compreendido por muitos. Grande parte dos entrevistados, ao discorrerem sobre essa titulação, demonstrava algum conhecimento, mas a maioria curiosamente afirmava “Eles passaram a falar que somos quilombolas”, no lugar de afirmarem “Nós somos quilombolas”. Não se trata aqui de criticar ou desmerecer essa conquista, mas o fato é que esse processo ainda é feito, em certo nível, de cima para baixo, ou seja, entre autoridades do Governo/do Estado e as lideranças comunitárias. Dessa forma, embora uma parte significativa da população desse território quilombola esteja informada a respeito, esse reconhecimento ainda é percebido por muitos entrevistados como sendo importante devido a benefícios, assistências e melhorias físicas em suas propriedades e comunidades como um todo.

O mapeamento etnoterritorial deu subsídios para o entendimento das comunidades bem como do reconhecimento dos atores da pesquisa como fundamentais no processo de busca e investigação do território, por eles ocupado e usado. Assim os mapas apresentados deram suportes técnicos para compreender como se dá o uso e ocupação do território e os motivos para usos diferentes e ou mais complexos nos espaços analisados.

Por fim, este estudo nos permitiu perceber que há no território de Macuco uma grande diversidade de valores que cercam as famílias de agricultores familiares e camponeses quilombolas. Cada grupo familiar possui uma história, uma origem, um modo de ver a vida e vivenciar seu dia a dia. E é essa individualidade é que proporciona a convivência harmoniosa entre as famílias, a busca pela realização de sonhos, as manifestações de solidariedade, a fé e o espírito de luta e trabalho dos moradores do território quilombola de Macuco.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. 313p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Identificação das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara/MA**. S/L: mimeo. 2002 (Lauda Antropológico, vol. I)

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos – **Territórios das Comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil** – Primeira Configuração Espacial / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos – Brasília: Edição do Autor, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cartografia e Cultura: Territórios dos Remanescentes de Quilombos no Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 2004.

AQUINO, T. T. V.; IGLESIAS, M. P. **Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas**. p. 20, Rio Branco, 23 out. 2005. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/pagina20/27112005/papo\\_de\\_indio.htm](http://www2.uol.com.br/pagina20/27112005/papo_de_indio.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2011.

ESRI ArcMap. Version 9.0 [S.I.]: ESRI Inc, 2004.

ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi . 2005. A etn-cartografia como ferramenta de gestão. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/6408.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2011.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA): Disponível em <[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i\\_oque.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html)>. Acesso em: 10 Maio 2009

CUNHA, H. W. A. P.; F. Marivania. Território e Territorialidade: por uma análise geografia em trânsito no Estado do Maranhão. In: I Simpósio Nacional de Geografia Política Território e Poder, 2009, Curitiba - PR. I Simpósio Nacional de Geografia Política, **Território e Poder**, 2009. v. I. p. 1-15.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido**. Tradução, Antônio Gonçalves – Livraria Almedina - Coimbra, 1980.

GALIZONI, Flávia Maria, RIBEIRO, Eduardo Magalhães, SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido - **Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Pesquisa financiada pelo CNPq (AF 520792/01-7) e Fapemig (SHA 941/02) – Lavras/MG. 2002.

GIANASI, L. M. ; SILVA, S. M. L. P. ; TUBALDINI, M. A. S. Identidade territorial da comunidade rural quilombola do Barro Preto - Santa Maria do Itabira - MG: Cartografada e Recriada pela técnica da história oral. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, XII, 2009, Montevideo. **Egal Programa On line**. Egal: Egal, 2009. v. 1. p. 1-15.

GUANAES, Sandra; LIMA, Solange Almeida; PORTILHO, Wagner Gomes. Quilombos e usos sustentáveis. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub/ Lastrop, 2000.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000. Disponível em:  
<<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0176102183.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2008.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira 1975.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Espaço (INES)**, Rio de Janeiro, v. sem., n. 16, p. 53-58, 2001.

PASCHOAL, L. G. **Formas Diversas de Representação Espacial Através da Cartografia: um Estudo na Comunidade Indígena Guarani Tekoa Pyau no Distrito do Jaraguá – SÃO PAULO/SP**. 2006. Disponível em:  
<<http://www.geografia.ufpr.br/neer>> Acesso em: 2 Mar. 2011.

THE NATURE CONSERVANCY (TNC). **Etnomapeamento nas comunidades indígenas da Amazônia**. Belém: TNC. [2006]. Disponível em:  
<<http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/work/art16607.html>>. Acesso em: 26 out. 2006.

Recebido para publicação em outubro de 2010  
Aprovado para publicação em dezembro de 2010